



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

Concurso Público para Provimento de Cargos de

Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Taquigrafia

P R O V A

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Especiais

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

O caso Amina Lawal

A absolvição da nigeriana Amina Lawal, que havia sido condenada à morte por apedrejamento pela acusação de adultério, representa uma vitória dos direitos humanos e da comunidade internacional. Ela está longe, entretanto, de significar uma melhora da situação das mulheres no país. Na verdade, a "solução" encontrada pelos juízes da corte islâmica de apelações que reviu o caso manteve as aparências. Lawal foi absolvida devido a "erros de procedimento" nos dois julgamentos anteriores. Em nenhum momento o "crime" (sexo fora do casamento, ou "zina", na lei islâmica) ou a crueldade da pena foram postos em questão. A sentença, porém, aliviou a pressão internacional sobre o governo nigeriano.

O caso Lawal é, para os padrões democráticos ocidentais, um verdadeiro escândalo. Amina Lawal, 31, foi sentenciada em primeira instância, em março de 2002, no Estado de Katsina, no norte da Nigéria. Segundo a Anistia Internacional, a prova usada contra ela foi o fato de ter engravidado sem ser casada. Curiosamente, o homem que ela afirmava ser o pai da criança apenas negou que tivesse mantido relações sexuais com Amina e nem foi a juízo. Pelos cânones da escola Maliki de interpretação da "sharia", a lei muçulmana, que é a corrente dominante no norte da Nigéria, a gravidez é prova bastante da culpabilidade da ré. A condenação de Amina fora confirmada em segunda instância em agosto de 2002.

A absolvição representa um alívio para o governo do presidente Olusegun Obasanjo (cristão). Se o apedrejamento fosse confirmado pela corte islâmica e ascendesse a um tribunal laico, uma eventual liberação de Lawal – vista por observadores como certa – poderia desencadear uma guerra civil entre os muçulmanos do norte do país e os cristãos do sul. Se o pior desfecho foi evitado com a absolvição, a questão dos direitos humanos está longe de equacionada. No mesmo dia em que Lawal era libertada, a imprensa nigeriana noticiava a condenação ao apedrejamento de um acusado de sodomia.

(Folha de S.Paulo. Editorial. 27/09/2003)

1. Entende-se que "o caso Amina Lawal", tal como o expõe o texto, representou,
- (A) com toda a evidência, uma flexibilização do código moral islâmico.
 - (B) ao menos provisoriamente, uma conciliação entre os princípios cristãos e os muçulmanos.
 - (C) com toda a evidência, a fixação de uma jurisprudência que passará a nortear os casos similares.
 - (D) ao que tudo indica, uma concessão do tribunal nigeriano às pressões da comunidade internacional.
 - (E) ao que tudo indica, o símbolo de uma abertura democrática do regime político da Nigéria.

2. Deve-se entender que, do modo como foi utilizada, a expressão do texto *Ela está longe*, no contexto do primeiro parágrafo,
- (A) refere-se, inequivocamente, a *acusação de adultério*.
 - (B) refere-se, inequivocamente, a uma *melhora da situação*.
 - (C) permite retomar não só a expressão *absolvição da nigeriana*, como também uma *vitória*.
 - (D) está indeterminada, por não se referir a um termo antecedente explícito.
 - (E) é ambígua, pois tanto predica *acusação de adultério* como *melhora da situação*.

3. Curiosamente, o homem que ela afirmava ser o pai da criança apenas negou que tivesse mantido relações sexuais com Amina e nem foi a juízo.

Na frase acima, o sentido algo irônico de *curiosamente* liga-se ao fato de que

- (A) o suposto pai da criança preferiu não admitir o adultério.
- (B) bastou a palavra do homem para isentá-lo de julgamento.
- (C) o pai da criança negou a evidência de sua paternidade.
- (D) Amina sequer foi ouvida na acusação feita contra ela.
- (E) o caso não teria ido a juízo se o homem responsabilizado não fosse culpado.

4. Considerando-se o contexto, há equivalência de sentido entre uma expressão do texto e a que se apresenta em seguida em:

- (A) *erros de procedimento* = divergências quanto ao mérito.
- (B) *prova bastante da culpabilidade* = indício suficiente para a presunção de inocência.
- (C) *aliviou a pressão internacional* = fragilizou a resistência internacional.
- (D) *ascendesse a um tribunal laico* = promovesse um julgamento informal.
- (E) *uma eventual liberação de Lawal* = um possível livramento de Amina.


5. A frase em que há pleno atendimento às normas de concordância verbal é:

- (A) Deve espantar-nos que sejam consideradas crimes, na Nigéria, atitudes que, entre nós, são passíveis de uma simples censura moral?
- (B) É possível que venha a ocorrer, imediatamente após o caso de Amina Lawal, julgamentos relativos à mesma infringência das leis muçulmanas.
- (C) Muitos acreditam que não se deveriam admitir, em nome dos direitos humanos, a aplicação da pena máxima contra desvios de ordem moral.
- (D) É polêmica a proposta de que se confira a um tribunal internacional poderes para intervir em normas jurídico-religiosas estabelecidas em culturas milenares.
- (E) Caberiam aos cidadãos ocidentais, cujas leis se estabeleceram em sua própria tradição cultural, o direito de intervirem nos códigos de outros povos?

<p>6. Transpondo-se para a voz ativa a frase <u>havia sido condenada à morte por apedrejamento</u>, o segmento sublinhado deverá ser substituído por</p> <p>(A) haviam condenado-a. (B) haviam-na condenado. (C) foi condenada. (D) condenaram-na. (E) haviam de condená-la.</p>	<p>10. Está correta a flexão de todas as formas verbais da frase:</p> <p>(A) Caso não se detessem nas questões formais, os responsáveis pelo julgamento de Amina não teriam satisfeito as expectativas internacionais. (B) Toda mulher que manter uma relação amorosa fora do casamento será submissa ao rigor da lei islâmica. (C) As leis nigeriana provêm da tradição islâmica, e jamais se absteram de observar os rígidos postulados desta. (D) Se a Anistia e outros órgãos internacionais não intervissem no caso de Amina, não havia o que contivesse o ânimo punitivo do tribunal nigeriano. (E) Não se propusessem os formadores de opinião pública a intervir no caso de Amina, é quase certo que a ela se imporia a pena de morte por apedrejamento.</p>
<p>7. Está correto o emprego de ambas as expressões sublinhadas na frase:</p> <p>(A) Para os padrões ocidentais, <u>de cujos</u> valores são diferentes dos orientais, o caso de Amina surge como um escândalo <u>ao qual</u> ninguém se conforma. (B) A negativa <u>à qual</u> se safou o homem identificado por Amina foi suficiente para que ele sequer fosse indiciado no caso <u>em que</u> estava sendo envolvido. (C) A guerra civil, <u>à que</u> o texto faz referência, poderia ser iniciada caso tomasse outro rumo o julgamento <u>no qual</u> todas as atenções estavam voltadas. (D) A corte islâmica, <u>em cujos</u> critérios de julgamento há forte influência religiosa, deu ao caso uma solução <u>na qual</u> muitos não acreditavam. (E) A absolvição de Amina, <u>por cuja</u> se fizeram muitos abaixo-assinados, é um desfecho por conta <u>da qual</u> não devemos ficar excessivamente otimistas.</p>	<p>11. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A ascensão do caso em tela a um tribunal laico poderia propisciar uma grande divergência entre sentenças. (B) Caso se desencadeasse uma guerra civil, haveria quem responsabilisasse Amina, por ter sido ela o pomo da discórdia. (C) O apedrejamento é visto como uma medida excessiva não apenas por ter a morte como culminância, mas também pelo caráter irascível do método de execução. (D) A absolvição de Amina, conquanto haja amenizado a tensão internacional, não cria a expectativa de que o tribunal nigeriano não reincida em sentenças violentas. (E) O caráter das leis islâmicas é prescipuamente moralista, razão pela qual os tribunais laicos tendem a ser mais condescendentes que os religiosos.</p>
<p>8. Segundo a Anistia Internacional, a prova usada contra ela foi o fato de ter engravidado sem ser casada.</p> <p>O segmento sublinhado na frase acima pode ser corretamente substituído, mantendo-se o sentido da frase, por:</p> <p>(A) fora o fato de haver engravidado sem ter sido casada. (B) foi o fato de que engravidou sem que fosse casada. (C) era o fato de que teria engravidado sem que seja casada. (D) foi o fato de que se engravidara sem que se casasse. (E) é o fato de que engravidaria sem que seja casada.</p>	<p>12. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) A imprensa nigeriana noticiou, no mesmo dia da libertação de Amina, a sentença de morte por apedrejamento, aplicada a um acusado de sodomia. (B) Não deixou de constituir, para o presidente Obasanjo um alívio a notícia: de que a execução de Amina, já não ocorreria. (C) A interpretação da lei muçulmana, a "sharia", é a de que em casos como o de Amina, a gravidez constitui em si mesma, uma prova de culpabilidade. (D) O homem, identificado por Amina como o parceiro que a engravidara, sequer foi indiciado já que lhe bastou negar o fato, valendo sua palavra, mais do que a da mulher. (E) Deve-se alertar que contrariamente ao que muitos supõem, não houve propriamente julgamento do mérito mas, sim, reconhecimento de erro processual.</p>
<p>9. Há plena observância da necessidade de utilização do sinal de crase em:</p> <p>(A) Não espantou à maioria das pessoas que o caso de Amina tenha chegado à uma solução tão feliz, pois acreditavam que o tribunal nigeriano seria sensível à pressões internacionais. (B) Pouco à pouco, a Anistia Internacional e outras organizações congêneres vão ascendendo àquele mais alto patamar de respeitabilidade, à que sempre fizeram jus. (C) Não se impute à corte nigeriana qualquer culpa pelo fato de se ater às leis do país, pois é a estas, e não a outras, que lhe cabe dar cumprimento. (D) Aqui e ali se verifica, à toda hora, algum tolerado desacato às nossas leis; que fariamos se os nigerianos nos conclassem a cessação dessa permanente afronta às nossas normas legais? (E) Tendo em vista à condenação do acusado de sodomia a morte por apedrejamento, e à falta de indícios positivos, não se confira a absolvição de Amina um significado maior do que o de uma concessão.</p>	

<p>13. As leis muçulmanas são rigorosas, mas muitos <u>julgam as leis muçulmanas</u> especialmente draconianas com as mulheres, já que <u>se reflete nas leis muçulmanas</u> a hierarquia entre os sexos, <u>hierarquia que</u> deriva de fundamentos religiosos.</p> <p>Evitam-se as repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente:</p> <p>(A) julgam-as - se lhes reflete - a qual (B) julgam-nas - se reflete nesta - o que (C) julgam-nas - naquelas se reflete - a qual (D) julgam-lhes - nas quais se reflete - a qual (E) julgam-lhes - naquelas se reflete - à qual</p>	<p>17. <i>Os funcionários <u>que se recusam a seguir as orientações desta chefia</u> sofrerão sanções. Em vista da ampla divulgação dessas orientações, não se aceitará a justificativa de <u>que não se conhecia a matéria</u>.</i></p> <p>Há grande economia verbal na correta substituição dos elementos sublinhados no trecho acima por estas palavras que, respectivamente, correspondem a eles:</p> <p>(A) reincidentes - inépcia (B) recessivos - abstenção (C) refratários - isenção (D) recalcitrantes - insciência (E) remissivos - lapso</p>
<p>14. O verbo indicado entre parênteses adotará uma forma do plural, ao se flexionar corretamente na seguinte frase:</p> <p>(A) Agissem os membros do tribunal de acordo com os cânones da escola Maliki, (redundar) tudo na morte de Amina. (B) É de se perguntar quantos apedrejamentos (haver) de ocorrer, caso se observasse o mesmo rigor da lei em relação ao adultério masculino. (C) Por mais razões que (poder) haver para se condenar moralmente um adultério, nenhuma delas tem força para torná-lo um crime. (D) Acreditam os observadores que um conflito de interpretações entre juizes muçulmanos e juizes laicos (ensejar), provavelmente, uma guerra civil. (E) Aos fanáticos religiosos não (satisfaz) que se solucionem casos como esse de um modo político, concessivo, conciliatório.</p>	<p>18. Na frase adiante, todas as palavras sublinhadas apresentam um prefixo que nelas expressa a idéia de negação:</p> <p>(A) A concorrência foi <u>desleal</u>, já que um dos postulantes conduziu-se de modo <u>impecável</u>, ao passo que o outro se valeu de <u>maliciosos</u> subterfúgios. (B) O romance não chega a ser inteiramente <u>inédito</u>, pois há nele sinais <u>evidentes</u> de que houve plágio <u>recorrente</u> de várias passagens da obra-prima do famoso naturalista francês. (C) A <u>intromissão</u> do vizinho em assuntos familiares é <u>inadmissível</u>, embora ele alegue que age assim por sentir que seus aconselhamentos são <u>indispensáveis</u>. (D) Diante de uma contestação <u>irretorquível</u> como essa, cabe-nos levá-la ao plenário, para que os mais contumazes adversários do projeto possam <u>reapreciá-lo</u>. (E) Propostas <u>amorais</u> surgem em seu discurso porque ele ama os recursos da retórica e os aplica <u>indiscriminadamente</u>, na tentativa de convencer um auditório <u>desinteressado</u>.</p>
<p>15. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. Amina já foi condenada em duas instâncias quando, finalmente, obtivera a absolvição na corte islâmica de apelações, que reviu seu caso. II. À medida que a Anistia Internacional e outros órgãos iam exercendo cada vez mais pressão sobre o caso, a corte islâmica sentira-se pressionada. III. Nem bem foi anunciada a absolvição de Amina e a opinião pública internacional expressou seu regozijo, conforme se pôde observar pelos noticiários da Internet.</p> <p>A relação entre os tempos verbais mostra-se adequada APENAS em</p> <p>(A) I e II (B) II e III (C) I (D) II (E) III</p> <p>16. <i>No caso de <u>haver uma prorrogação do prazo para que se ouçam essas duas testemunhas de defesa</u>, a promotoria solicitará a <u>inclusão de uma nova testemunha de acusação</u>.</i></p> <p>As duas primeiras orações que integram o período acima expressam, respectivamente, uma</p> <p>(A) causa e um efeito. (B) condição e uma finalidade. (C) hipótese e uma conclusão. (D) restrição e uma explicação. (E) concessão e uma pressuposição.</p>	<p>19. Atente para as frases abaixo.</p> <p>I. Quando leio Machado de Assis, os parágrafos me arrastam, as páginas fluem e o livro se encerra sem que eu tenha dado pela passagem das horas. II. Tratando-se de um romance como esse, o leitor deve ficar atento a todos os detalhes, pois não há minúcia que possa ser dada como irrelevante para a significação do contexto. III. Mal avistei as velas e percebi, pela nervosa movimentação delas, que a agitação do mar obrigara os velejadores a aportarem mais cedo do que desejam. IV. Ele ganha a vida perdendo-a, pois nenhum prazer encontra no trabalho, marcado por uma rotina em que se apaga toda possibilidade de aventura.</p> <p>Há aproveitamento de recursos de linguagem figurada APENAS nas frases</p> <p>(A) I, II e III (B) II, III e IV (C) I, III e IV (D) I e II (E) III e IV</p>

<p>20. Somente quando a sessão começou é que os <i>deputados governistas perceberam <u>que a oposição adotaria uma nova estratégia</u></i>.</p> <p>No período acima, a oração sublinhada exerce a mesma função sintática que a oração destacada no seguinte período:</p> <p>(A) Não posso imaginar que eles rompam um acordo que foi tão difícil de se estabelecer.</p> <p>(B) Pareceu-me que eles mudaram de idéia, apesar do acordo que com eles já havíamos estabelecido.</p> <p>(C) Espantou-nos que eles tenham mudado de idéia e alterado seu voto num momento delicado como este.</p> <p>(D) Que eles mudassem de idéia seria inimaginável até para os analistas políticos mais sagazes.</p> <p>(E) A ninguém, em princípio, interessaria que eles rompessem o acordo e causassem tanto tumulto já no início da sessão.</p>	<p>23. A pontuação é inteiramente adequada em:</p> <p>(A) É sina de minha amiga penar pela sorte do próximo, se bem que seja um penar jubiloso, explico-me: todo sofrimento alheio a preocupa; e acende nela, o facho da ação que a torna feliz.</p> <p>(B) É sina de minha amiga penar pela sorte do próximo, se bem que seja um penar jubiloso. Explico-me: todo sofrimento alheio a preocupa e acende nela o facho da ação, que a torna feliz.</p> <p>(C) É sina de minha amiga: penar pela sorte do próximo. Se bem que seja um penar jubiloso; explico-me. Todo sofrimento alheio a preocupa; e, acende nela o facho, da ação que a torna feliz.</p> <p>(D) É sina de minha amiga penar pela sorte do próximo; se bem que seja um penar jubiloso, explico-me. Todo sofrimento alheio, a preocupa, e acende nela o facho da ação que, a torna feliz.</p> <p>(E) É sina de minha amiga – penar pela sorte do próximo – se bem que seja um penar jubiloso? Explico-me – todo sofrimento alheio a preocupa, e acende nela, o facho da ação que a torna feliz.</p>
<p>21. O emprego equivocado de uma expressão faz com que a seguinte frase acabe por ter um sentido contrário ao pretendido:</p> <p>(A) Ele sempre agiu como um débil opositor ao governo, no mais das vezes permitindo-se transigir em suas tratativas com os governistas.</p> <p>(B) Conquanto se tenha posicionado contra a reforma, ao longo das discussões, na hora da votação deixou de ser um renitente opositor.</p> <p>(C) Como é um parlamentar tão escrupuloso quanto inflexível, nunca deixa de se opor a toda e qualquer proposta que venha ao encontro de suas convicções.</p> <p>(D) Sua modéstia, avessa a homenagens e rapapés, levou-o a declinar do convite para presidir honorariamente a associação.</p> <p>(E) Sempre defendeu a idéia de que toda pressuposição se abeira do preconceito, razão pela qual não julga os fatos pelo que já se disse deles.</p>	<p>24. Considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. O advogado do falsário entrou com um pedido de <i>habeas corpus</i>.</p> <p>II. O juiz não acolheu o pedido.</p> <p>III. Os antecedentes do réu não o favoreciam.</p> <p>Essas afirmações articulam-se com correção, coerência e clareza no seguinte período:</p> <p>(A) Acabou o juiz não acolhendo o pedido de <i>habeas corpus</i> do advogado do falsário, uma vez que seus antecedentes não o favoreciam.</p> <p>(B) Posto que em nada o recomendasse seus antecedentes, negou-lhe o juiz o <i>habeas corpus</i> que o advogado pedia em favor do réu, um falsário.</p> <p>(C) Recusou-se o juiz, tendo em vista o pedido do advogado do falsário, bem como seus antecedentes, a acolher o <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(D) Não foi acolhido pelo juiz o pedido de <i>habeas corpus</i> com que entrou o advogado do falsário considerando que seus antecedentes não o favoreciam.</p> <p>(E) Visto que os antecedentes do réu não o favoreciam, o juiz não acolheu o pedido de <i>habeas corpus</i> que lhe encaminhou o advogado do falsário.</p>
<p>22. Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A votação se fará pelo sistema do sufrágio proporcional, no qual os mandatos parlamentares são obtidos por quocientes eleitorais que traduzam as correntes de opinião organizadas.</p> <p>(B) Ao inadimplir o contrato, expôs-se não apenas às sanções nele previstas como às retalhações da outra parte, que não hesitou em se valer de seu poderio econômico para lhe inflingir toda sorte de humilhação.</p> <p>(C) A obsolescência das leis deve-se, em grande parte, ao fato de não serem consetâneas com a evolução dos costumes.</p> <p>(D) Nada há de mal em rescindir um contrato, pois para isso servem as clausulas que, previdentemente, norteam tais situações.</p> <p>(E) Ao disceminar junto ao eleitorado propostas inexeqüíveis, tornou-se presa fácil da zombarias e dos xistes de seus adversários, que passaram a ridicularizá-lo.</p>	

<p>25. As expressões de que e em que preenchem com correção, <u>respectivamente</u>, as lacunas da frase:</p> <p>(A) A injúria lhe assacaram fê-lo mover um processo o desfecho se aguarda para muito breve.</p> <p>(B) A reiterada indignação ele vem manifestando em seus discursos é a razão se valem seus adversários para acusá-lo de radical.</p> <p>(C) mais se poderá imputar-lhe, depois de o terem acusado de um delito nada tivera a ver?</p> <p>(D) A inferência seja um parlamentar oportunista justifica-se, tendo em vista as últimas eleições, se revelou volúvel e interesseiro.</p> <p>(E) A decisão..... se aprovou na comissão irá a plenário no caso..... parecer oportuno ao relator.</p>	<p>28. Estando no Microsoft Internet Explorer, se uma página da Web, estiver demorando ou com dificuldade para abrir, deve-se clicar no botão  cujo significado é:</p> <p>(A) Avançar.</p> <p>(B) Atualizar.</p> <p>(C) Voltar.</p> <p>(D) Histórico.</p> <p>(E) Pesquisar.</p>
<p>26. Para fornecer seu endereço eletrônico email e o seu site comercial brasileiro são necessários os seguintes endereços do tipo:</p> <p>(A) para o email nome@subdomínio.domínio e para o site www.nome.com.br</p> <p>(B) para o email rua@numero-bairro-cidade e o site www.nome.com.br</p> <p>(C) para o email www.nome.com.br e para o site nome@subdomínio.domínio</p> <p>(D) para o email e o site http://www.nome.com.br</p> <p>(E) para o email @nome.www.Br e para o site nome.www.com.br</p>	<p>29. No Microsoft Word temos a opção Marcadores e Numeração, onde após esta seleção no texto:</p> <p>(A) Todos os parágrafos receberão a formatação atual do marcador de bordas ou o número da página especificada.</p> <p>(B) Todos os parágrafos receberão a formatação atual das tabulações ou o número da página especificado.</p> <p>(C) Todos os parágrafos receberão a formatação atual do marcador ou numerador especificado.</p> <p>(D) Todas as páginas receberão a formatação das bordas e numeração nas páginas.</p> <p>(E) Todas as páginas receberão a formatação das bordas e marcadores nas páginas.</p>
<p>27. O Microsoft Excel apresenta uma série de funções predefinidas, onde genericamente uma função consiste em uma série de operações matemáticas que agem sobre valores fornecidos pelo usuário. Para utilizar uma função, num determinado conjunto de células, devemos realizar os seguintes comandos da Barra de Menu:</p> <p>(A) Inserir – Fórmula – Escolher a função desejada – Especificar os arquivos que farão parte do cálculo.</p> <p>(B) Inserir – Célula – Escolher a função desejada – Especificar as células que farão parte do cálculo.</p> <p>(C) Inserir – Função – Escolher o arquivo – Especificar as células que farão parte do cálculo.</p> <p>(D) Inserir – Função – Escolher as células desejadas – Especificar os arquivos que farão parte do cálculo.</p> <p>(E) Inserir – Função – Escolher a função desejada – Especificar as células que farão parte do cálculo.</p>	<p>30. No Windows Explorer para criar uma pasta e realizar uma cópia de um Arquivo para esta pasta devemos:</p> <p>(A) Clicar em Arquivo – Novo – Pasta – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Recortar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Colar.</p> <p>(B) Clicar em Arquivo – Novo – Atalho – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Colar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Copiar.</p> <p>(C) Clicar em Arquivo – Novo – Atalho – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Copiar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Colar.</p> <p>(D) Clicar em Arquivo – Novo – Pasta – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Copiar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Colar.</p> <p>(E) Clicar em Arquivo – Novo – Pasta – colocar o nome da pasta. Em seguida selecionar o arquivo a ser copiado e clicar em Editar – Copiar e posicionar na pasta desejada e clicar Editar – Pesquisar.</p>

CONHECIMENTOS ESPECIAIS

31. Os direitos políticos

- I. passivos cuidam do eleitor e de sua atividade (direito de votar).
- II. positivos dizem respeito às normas que asseguram a participação no processo político eleitoral, votando ou sendo votado.
- III. ativos referem-se aos elegíveis e aos eleitos (direito de ser votado).
- IV. negativos constituem-se de normas que impedem a participação no processo político eleitoral, tendo seu núcleo na inelegibilidade.

Diante disso, conclui-se que APENAS são corretas

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) I, III e IV
- (D) II, III e IV
- (E) II e IV

32. Determinado conjunto de pessoas da área de saúde resolve formar uma entidade beneficente. Nesse caso, deverá ser observado, entre outros requisitos, o de que

- (A) a criação de uma associação depende de autorização do órgão estatal competente, que pode interferir em seu funcionamento.
- (B) uma associação só pode ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado.
- (C) a entidade associativa terá legitimidade para representar seus filiados em juízo, mas não fora dele.
- (D) o sócio poderá ser compelido a permanecer associado em certas hipóteses, desde que previstas em regulamento.
- (E) a associação poderá ter suas atividades suspensas por qualquer órgão público da administração superior dos Poderes constituídos.

33. Gioval, médico-diretor da sociedade Hospital Boa Saúde, de natureza privada, mantém internado Edson, que se encontra acometido de distúrbio psiquiátrico. O paciente encontra-se em condições de ser tratado em ambulatório, mas o diretor recusa-se a dar alta. Nesse caso poderá o paciente

- (A) ingressar com uma ação popular, por ser consumidor.
- (B) ajuizar um mandado de segurança coletivo, visto que o hospital é uma sociedade.
- (C) impetrar "*habeas corpus*", que é o instrumento cabível.
- (D) usar a ação de mandado de injunção, visto que seu direito foi violado.
- (E) impetrar *habeas data*, que é o remédio adequado.

34. No que tange à liberdade sindical, considera-se uma de suas garantias, a vedação, de regra, da dispensa do empregado

- (A) se contar com mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício e pretender candidatar-se ao cargo de direção ou representação sindical.
- (B) não sindicalizado, quando estiver concorrendo oficialmente a eleição para cargo de direção sindical.
- (C) sindicalizado ou não, em qualquer situação, desde sua escolha pela categoria para a candidatura a cargo sindical.
- (D) sindicalizado, a partir do registro de sua candidatura a cargo de representação sindical.
- (E) com vínculo empregatício a partir da proclamação do resultado da eleição para função de assessoramento sindical.

35. A naturalização pode também ser conferida mediante requerimento de nacionalidade brasileira, aos estrangeiros de qualquer nacionalidade, residente na República Federativa do Brasil há mais de

- (A) 15 (quinze) anos ininterruptos e sem condenação penal.
- (B) 12 (doze) anos ininterruptos, ou não, e sem qualquer condenação.
- (C) 10 (dez) anos ininterruptos, sem condenação cível ou tributária.
- (D) 8 (oito) anos ininterruptos, ou não, e sem condenação por crime ou contravenção.
- (E) 5 (cinco) anos ininterruptos, sem condenação administrativa.

36. Em relação aos direitos políticos, é INCORRETO afirmar que a sua

- (A) suspensão é também decorrente da condenação criminal transitado em julgado.
- (B) suspensão pode se dar também pela incapacidade civil absoluta.
- (C) cassação decorre da infidelidade partidária.
- (D) cassação é vedada pela Constituição da República Federativa do Brasil.
- (E) perda pode resultar do cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.

37. Tendo em vista os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, é certo que

- (A) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos que compõem a Administração Pública direta não poderá ser ampliada mediante contrato.
- (B) a investidura em qualquer cargo ou emprego público da administração direta ou indireta, depende de aprovação prévia em concurso público.
- (C) todas as espécies de compra e alienação serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições aos concorrentes.
- (D) a proibição de acumulação remunerada restringe-se aos empregos nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (E) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar neste último caso definir as áreas de sua atuação.

<p>38. Adão, analista judiciário na especialidade medicina (clínica médica), ocupando função e exercendo atividades de diretor na unidade de energia nuclear, tendo atendido aos requisitos legais no que diz respeito à idade e ao tempo de contribuição, requereu sua aposentadoria. Nesse caso, os proventos serão calculados com base</p> <p>(A) na totalidade da remuneração do cargo efetivo com acréscimo legal, em razão das condições especiais que prejudicam a saúde.</p> <p>(B) na totalidade da remuneração do cargo de direção, com acréscimo legal por estar sob condições prejudiciais à saúde.</p> <p>(C) em 2/3 (dois terços) da remuneração do cargo de direção, com acréscimo legal em razão das condições prejudiciais à saúde.</p> <p>(D) em metade dos vencimentos do cargo efetivo somada à metade da remuneração do cargo de direção, sem qualquer acréscimo em razão das atividades exercidas.</p> <p>(E) no valor integral da remuneração do cargo efetivo somado a totalidade do cargo de direção sem qualquer acréscimo em razão das atividades exercidas.</p>	<p>42. Uma das causas da vacância é a exoneração de cargos em comissão. Esses cargos destinam-se apenas às atribuições de</p> <p>(A) assessoramento, secretaria e assistência.</p> <p>(B) chefia, assessoramento e secretaria.</p> <p>(C) direção, chefia e assessoramento.</p> <p>(D) secretaria, assistência e direção.</p> <p>(E) assistência, chefia e secretaria.</p>
<p>39. Dentre os requisitos para o funcionamento da Justiça Eleitoral, deve ser observado o de que</p> <p>(A) haverá, no máximo 2 (dois) Tribunais Regionais Eleitorais em cada Estado da Federação.</p> <p>(B) resolução do Tribunal Eleitoral disporá sobre a competência dos juízes eleitorais.</p> <p>(C) os juízes do Tribunal Eleitoral servirão por 2 (dois) anos improrrogáveis.</p> <p>(D) lei complementar disporá sobre a organização e competência das juntas eleitorais.</p> <p>(E) em cada região funcionará 1 (um) Tribunal Superior Eleitoral.</p>	<p>43. Indenização de transporte é uma das vantagens que a Administração Pública paga, além do vencimento, ao servidor. É devida quando ele realiza despesas</p> <p>(A) com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo.</p> <p>(B) obrigatórias de transporte para locomover-se de sua residência até o local do exercício de seu cargo, ou para ela voltando.</p> <p>(C) pessoais e com sua família ao ser transferido para outro município, onde passará a ter exercício.</p> <p>(D) ao viajar, por qualquer meio de transporte coletivo, em caráter eventual e transitório, para outro município a serviço das atribuições próprias do cargo que exerce.</p> <p>(E) imprevistas de transporte pessoal, nas hipóteses definidas em lei e sempre cumprindo determinação de seu superior hierárquico.</p>
<p>40. Face aos princípios constitucionais que regem o Poder Judiciário, é INCORRETA a afirmação de que o juiz</p> <p>(A) tem como garantias a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.</p> <p>(B) residirá na região administrativa de sua escolha, comunicando o fato ao Tribunal competente.</p> <p>(C) não poderá exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.</p> <p>(D) tem limites funcionais, como a proibição de dedicar-se à atividade política partidária.</p> <p>(E) não pode receber, a qualquer título ou pretexto, custas processuais.</p>	<p>44. NÃO é proibido ao servidor público federal</p> <p>(A) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, parente até o segundo grau civil.</p> <p>(B) aceitar pensão de estado estrangeiro ou dele aceitar comissão ou emprego.</p> <p>(C) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.</p> <p>(D) cometer, qualquer que seja a situação, a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa.</p> <p>(E) participar nos conselhos de administração de empresas em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação do capital social.</p>
<p>41. O poder de polícia pode ser conceituado como a faculdade de que dispõe a Administração Pública para</p> <p>(A) "ordenar a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de ascendência e subordinação, com o fim de fiscalizar e corrigir atos".</p> <p>(B) "praticar ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formação".</p> <p>(C) "apurar e punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa".</p> <p>(D) "condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado".</p> <p>(E) "praticar atos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo".</p>	<p>45. A demissão pode ser aplicada, dentre outros, em caso de inassiduidade habitual, que é a falta ao serviço, sem causa justificada, por</p> <p>(A) 60 dias, interpoladamente, durante o período de 12 meses.</p> <p>(B) 45 dias, interpoladamente, durante o período de 12 meses.</p> <p>(C) 30 dias, interpoladamente, durante o período de 180 dias.</p> <p>(D) mais de 60 dias consecutivos.</p> <p>(E) mais de 30 dias consecutivos.</p>

<p>46. Durante o dia, sou analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral. À noite, trabalho como digitador em uma fundação instituída pelo Município. Essa acumulação remunerada é</p> <p>(A) proibida, porque nenhuma acumulação é lícita quando os órgãos são de esfera diversa de governo e, no caso, o cargo é federal e o emprego é municipal.</p> <p>(B) proibida, a despeito da compatibilidade de horários, porque a proibição abrange também as fundações públicas.</p> <p>(C) permitida, porque a proibição abrange somente órgãos da mesma esfera de governo, e, no caso, o cargo é federal e o emprego é municipal.</p> <p>(D) permitida, porque os horários são compatíveis e a fundação é pessoa jurídica de direito privado.</p> <p>(E) permitida, porque a fundação não é órgão público e não pertence à administração pública direta.</p>	<p>50. Considere as afirmações abaixo relativas ao processo administrativo.</p> <p>I. O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido do interessado.</p> <p>II. É vedada à Administração a recusa, motivada ou não, de recebimento de documentos.</p> <p>III. Os órgãos administrativos deverão elaborar modelos padronizados de requerimento para assuntos que importem pretensões equivalentes.</p> <p>É correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) I</p> <p>(E) II</p>
<p>47. A fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade contra ele argüida, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar, como medida cautelar, o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até</p> <p>(A) 90 dias, com prejuízo da remuneração.</p> <p>(B) 60 dias, com prejuízo da remuneração.</p> <p>(C) 120 dias, sem prejuízo da remuneração.</p> <p>(D) 90 dias, sem prejuízo da remuneração.</p> <p>(E) 60 dias, sem prejuízo da remuneração.</p>	<p>51. A respeito dos Tribunais Regionais Eleitorais, é CERTO que</p> <p>(A) os advogados nomeados para integrá-los têm o direito de discutir as questões de sua competência, mas não têm o direito de votá-las.</p> <p>(B) não têm caráter permanente e só são compostos por ocasião das eleições.</p> <p>(C) têm a atribuição de diplomar os Prefeitos Municipais e Vereadores eleitos nos municípios dos respectivos Estados.</p> <p>(D) os juízes que os compõem são escolhidos pelo Presidente da República dentre Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, juízes federais e advogados.</p> <p>(E) os respectivos Presidente e Vice-Presidente serão eleitos dentre os Desembargadores que os compõem.</p>
<p>48. A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Assim sendo, os atos de convocação</p> <p>(A) não podem admitir, em nenhuma hipótese, cláusulas que permitam a prorrogação do prazo do contrato.</p> <p>(B) podem estabelecer preferência para licitantes domiciliados no local da obra ou serviço, o que reduz despesas com transporte.</p> <p>(C) não podem prever qualquer condição que restrinja ou frustre o caráter competitivo da licitação.</p> <p>(D) podem estabelecer distinção entre os licitantes, em razão da naturalidade, visando a fomentar a economia local.</p> <p>(E) não podem tolerar que o futuro contratado receba quaisquer acréscimos nas obras ou serviços a pretexto de alteração contratual.</p>	<p>52. Inclui-se na competência dos Juizes Eleitorais</p> <p>(A) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.</p> <p>(B) processar e julgar o registro e o cancelamento de Diretórios Municipais de Partidos Políticos.</p> <p>(C) processar e julgar o registro de candidatos à Assembléia Legislativa.</p> <p>(D) processar e julgar as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos Partidos Políticos, quanto à sua contabilidade.</p> <p>(E) processar e julgar o registro de candidatos ao Congresso Nacional.</p>
<p>49. A Administração Pública cumpriu o procedimento necessário e, dispensada a licitação, doou um imóvel para uma entidade também integrante da Administração Pública. Algum tempo depois, cessaram as razões que justificaram a sua doação e, portanto, o imóvel doado</p> <p>(A) só poderá retornar ao patrimônio da doadora se houver acordo com a donatária.</p> <p>(B) poderá ser alienado livremente pela entidade donatária.</p> <p>(C) continua a pertencer à donatária, mas não poderá ser alienado sem anuência da doadora.</p> <p>(D) reverterá ao patrimônio da pessoa jurídica doadora.</p> <p>(E) voltará a pertencer à doadora, porque a cessação das razões da doação torna este ato nulo de pleno direito.</p>	

<p>53. José é Prefeito Municipal de uma cidade do interior do Estado. Sua esposa se destacou na comunidade pela realização de obras sociais. José deseja lançar um de seus parentes por afinidade como candidato a Vereador. Podem candidatar-se a esse cargo, dentre outros parentes dela, os</p> <p>(A) avós.</p> <p>(B) tios.</p> <p>(C) netos originários de outro casamento.</p> <p>(D) irmãos.</p> <p>(E) filhos originários de outro casamento.</p>	<p>57. Um candidato a Deputado Estadual entregou notas de cinquenta reais rasgadas na metade a inúmeros eleitores, prometendo entregar a outra metade após as eleições, se recebesse votos nas urnas correspondentes às seções eleitorais em que estes iriam votar. Tal fato indicativo de interferência do poder econômico em desfavor da liberdade do voto poderá ser denunciado à Corregedoria da Justiça Eleitoral</p> <p>(A) por qualquer eleitor.</p> <p>(B) apenas pelos Partidos Políticos.</p> <p>(C) apenas pelo Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(D) apenas por outros candidatos ao cargo de Deputado Estadual.</p> <p>(E) apenas pelos eleitores que receberam tais notas rasgadas do candidato.</p>
<p>54. Paulo é brasileiro nato. Tem 26 anos e está em pleno gozo de seus direitos políticos. Possui alistamento eleitoral regular, é filiado a Partido Político e tem domicílio na circunscrição. Paulo pode candidatar-se, dentre outros, ao cargo de</p> <p>(A) Senador.</p> <p>(B) Governador.</p> <p>(C) Presidente da República.</p> <p>(D) Deputado Federal.</p> <p>(E) Vice-Governador.</p>	<p>58. Considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. A votação será feita por sistema eletrônico, devendo ser substituídas tantas urnas quantas apresentarem defeito, não podendo a Justiça Eleitoral, em nenhuma hipótese, adotar o sistema convencional de cédulas impressas.</p> <p>II. Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do Partido seja digitado de forma correta.</p> <p>III. A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) II</p> <p>(D) II e III</p> <p>(E) III</p>
<p>55. Yon é chinês. Vive no Brasil há 7 anos, com visto de permanência válido. Ainda não formulou requerimento de naturalização. Vive em união estável com uma brasileira há 6 anos, com a qual não teve filhos. É empresário. Yon</p> <p>(A) pode alistar-se, votar e ser votado, por ser empresário e ter visto de permanência válido há mais de 5 anos.</p> <p>(B) pode alistar-se, votar e ser votado, por viver no Brasil em união estável com brasileira há mais de 5 anos.</p> <p>(C) não pode alistar-se, votar, nem ser votado, por não ter ainda obtido sua naturalização.</p> <p>(D) só pode alistar-se, votar e ser votado se casar-se com a brasileira com a qual vive em união estável, mesmo que não obtenha naturalização.</p> <p>(E) só pode alistar-se, votar e ser votado se vier a ter filhos brasileiros, mesmo que não obtenha naturalização.</p>	<p>59. A apuração das eleições municipais, em que são eleitos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, compete</p> <p>(A) ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) aos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(C) ao Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(D) aos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(E) às Juntas Eleitorais.</p>
<p>56. O alistamento eleitoral é obrigatório para, dentre outros, os</p> <p>(A) analfabetos.</p> <p>(B) que se encontrarem fora do país.</p> <p>(C) menores de 18 e maiores de 16 anos.</p> <p>(D) Policiais Militares, em qualquer nível de carreira.</p> <p>(E) maiores de 70 anos.</p>	<p>60. A respeito da diplomação dos eleitos é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) tem a natureza jurídica de ato jurisdicional típico e não de ato administrativo ou correcional.</p> <p>(B) a legitimidade para a respectiva fiscalização é apenas do Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(C) abrange todos que exercerão mandato, tanto os candidatos eleitos como os suplentes.</p> <p>(D) apenas os órgãos colegiados da Justiça Eleitoral têm competência para diplomar.</p> <p>(E) é ato único, que não pode ser fracionado, mesmo se algum candidato não puder comparecer na data designada.</p>